

Relatório Anual

EXERCÍCIO
2015



▶ ODEBRECHT TRANSPORT S.A.

1ª Emissão de Debêntures Simples

ODEBRECHT
TransPort


planner

ÍNDICE

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	3
CARACTERIZAÇÃO DA EMISSORA	3
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	6
ASSEMBLÉIAS DE DEBENTURISTAS	6
POSIÇÃO DAS DEBÊNTURES	7
EVENTOS REALIZADOS 2015	7
AGENDA DE EVENTOS – 2016.....	7
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.....	7
ORGANOGRAMA	9
EXISTÊNCIA DE OUTRAS EMISSÕES DE DEBÊNTURES.....	10
PARTICIPAÇÃO NO MERCADO	11
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	11
ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS	11
INFORMAÇÕES RELEVANTES	11
PRINCIPAIS RÚBRICAS.....	12
COMENTÁRIOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA.....	13
GARANTIA	14
PARECER	14
DECLARAÇÃO	18

CARACTERIZAÇÃO DA EMISSORA

Denominação Comercial:	Odebrecht TransPort S.A. (sucessora por assunção de dívida da Odebrecht Transport Participações S.A)
Endereço da Sede:	Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte A, Butantã
Telefone / Fax:	(11) 3025-7970/ (11) 3025-7388
D.R.I.:	Marcelo Felberg
CNPJ:	12.251.483/0001-86
Auditor:	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Atividade:	Emp. Adm. Participações - Serviços de Transporte e Logística e Serviços de Gestão e Supervisão destas atividades
Categoria de Registro:	Sociedade de Capital Fechado
Publicações:	Diário Oficial do Estado de SP e Diário de Notícias

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**Registro CVM nº:**

Dispensa de registro em 28 de setembro de 2009, com fulcro no artigo 6º da instrução CVM nº 476/09;

Número da Emissão:

1ª Emissão;

Situação da Emissora:

Adimplente com as obrigações pecuniárias;

Código do Ativo:

CETIP: ODTP11;

Código ISIN:

BRODBTDBS000;

Banco Escriurador:

Banco Bradesco S.A.;

Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.;

Coordenador Líder:

Banco Bradesco BBI S.A.;

Data de Emissão:

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é o dia 27 de dezembro de 2010;

Data de Vencimento:

As debêntures terão prazo de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 27 de dezembro de 2020;

Quantidade de Debêntures:

Foram emitidas 39 (trinta e nove) Debêntures;

Número de Séries:

A presente emissão foi emitida em série única;

Valor Total da Emissão:

O valor total da Emissão é de R\$ 390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais), na data de emissão;

Valor Nominal:

O valor nominal das debêntures é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), na data de emissão;

Forma:

As debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados;

Espécie:

As debêntures são da espécie flutuante, sem garantia adicional;

Conversibilidade:

As debêntures não são conversíveis em ações da Emissora;

Permuta:

Não se aplica à presente emissão;

Poder Liberatório:

Não se aplica à presente emissão

Opção:

Não se aplica à presente emissão;

Negociação:

As Debêntures foram registradas para (a) distribuição pública com esforços restritos no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a “CETIP”), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.4.2. da Escritura de Emissão, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

Atualização do Valor Nominal:

Não se aplica à presente emissão;

Pagamento da Atualização:

Não se aplica à presente emissão;

Remuneração:

As Debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário ou saldo do valor nominal equivalentes à 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescido de uma sobretaxa de 2,28% (dois inteiros e vinte e oito centésimos por cento) a.a., base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, a contar da data da primeira subscrição e integralização ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo (“Remuneração”);

Pagamento da Remuneração:

A Remuneração será paga semestralmente, (respeitando o período de carência) nos dias 27 de junho e 27 de dezembro, ou no primeiro dia útil subsequente caso o mesmo não seja dia útil, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 27 de junho de 2013 e o último pagamento da Remuneração será devido em 27 de dezembro de 2020, Data de Vencimento da Emissão;

Amortização:

O Valor Nominal das Debêntures será amortizado em 03 (três) parcelas anuais e sucessivas, calculadas sobre o Valor Nominal Unitário, de acordo com o fluxo abaixo, devidas no dia 27 de dezembro de cada ano, sendo o pagamento da primeira parcela devido em 27 de dezembro de 2018 e o último em 27 de dezembro de 2020.

Nº da Parcela	Data de Amortização	% de Amortização sobre o Valor Nominal Unitário
1	27 de dezembro 2018	33,33%
2	27 de dezembro 2019	33,33%
3	27 de dezembro 2020	33,33%

Fundo de Amortização:

Não se aplica à presente emissão;

Prêmio:

Aplica-se no caso de Resgate Antecipado;

Repactuação:

Não se aplica à presente emissão;

Aquisição Facultativa:

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para a permanência em tesouraria nos termos da cláusula 4.14.1 da Escritura, se e quando recolocadas no mercado, fazem jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação, conforme aplicável;

Resgate Antecipado:

A Emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures nos termos da legislação aplicável, mediante comunicação escrita aos Debenturistas, de acordo com o seguinte procedimento.

Tal comunicado deverá conter: (i) notificação enviada pela Emissora, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, ao Agente Fiduciário e aos titulares de Debêntures, contendo a data do resgate antecipado; (ii) procedimento de Resgate Antecipado, incluindo: (a) informações relevantes do Resgate Antecipado, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura; (b) a data para o Resgate Antecipado e o efetivo pagamento; (c) as Condições do Resgate (conforme abaixo definido); e (d) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas;

O Resgate Antecipado será feito por meio do pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures que estão sendo resgatadas ou do saldo devedor à época, observado os termos e limites definidos no item 5.1.3 da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do Resgate Antecipado acrescido de Prêmio de Resgate Antecipado descrito no item 5.1.3 da Escritura de Emissão.

O prêmio de Resgate Antecipado incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures que estão sendo resgatadas ou do saldo devedor à época, acrescido da Remuneração (nos termos do item 5.1.2 da Escritura de Emissão) conforme abaixo (“Prêmio de Resgate Antecipado”):

Ano do Resgate	Prêmio
2013	0,70%
2014	0,65%
2015	0,60%
2016	0,55%
2017	0,50%
2018	0,45%
2019	0,35%
2020	0,25%

Caso o Resgate Antecipado seja da forma parcial, definido no item 5.1 da Escritura de Emissão, este deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP.

Os valores relativos ao Prêmio de Resgate Antecipado serão devidos aos respectivos Debenturistas, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado, conforme o caso.

As Debêntures objeto de Resgate Antecipado deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos obtidos por meio da Emissão foram integralmente utilizados para recomposição/reforço de caixa para investimentos.

ASSEMBLÉIAS DE DEBENTURISTAS

No decorrer do exercício de 2015 não foram realizadas Assembleias de Debenturistas.

POSIÇÃO DAS DEBÊNTURES

Data	Valor Nominal	Juros	Preço Unitário	Financeiro
31/12/2015	R\$12.811.157,234103	R\$23.630,820076	R\$12.834.788,054179	R\$500.556.734,11
31/12/2014	R\$12.811.157,234103	R\$13.440,082565	R\$12.824.597,316668	R\$ 500.159.295,35

Emitidas	Resgatadas	Canceladas	Adquiridas	Em Tesouraria	Em Circulação
39	-	-	-	-	39

*O Agente Fiduciário não é responsável pelo cálculo do preço unitário debêntures. Os valores ora informados correspondem a interpretação da Escritura de Emissão e seus Aditamentos, se existentes, não implicando em aceitação de compromisso legal ou financeiro.

EVENTOS REALIZADOS 2015

Data	Evento	Valor Unitário
29/06/2015	Remuneração	R\$912.896,532595
28/12/2015	Remuneração	R\$1.025.135,721681

AGENDA DE EVENTOS – 2016

Data	Evento
27/06/2016	Remuneração
27/12/2016	Remuneração

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

No decorrer do exercício de 2015 a Emissora cumpriu, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de Emissão, exceto com relação à entrega das Demonstrações Financeiras dentro do prazo estabelecido pela Escritura. A Emissora foi notificada quanto ao inadimplemento e divulgou suas Demonstrações Financeiras dentro do prazo de cura.

A Emissora deverá observar os seguintes índices e limites financeiros e/ou do Caixa Mínimo (conforme definido abaixo), a serem apurados anualmente, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com base nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo econômico:

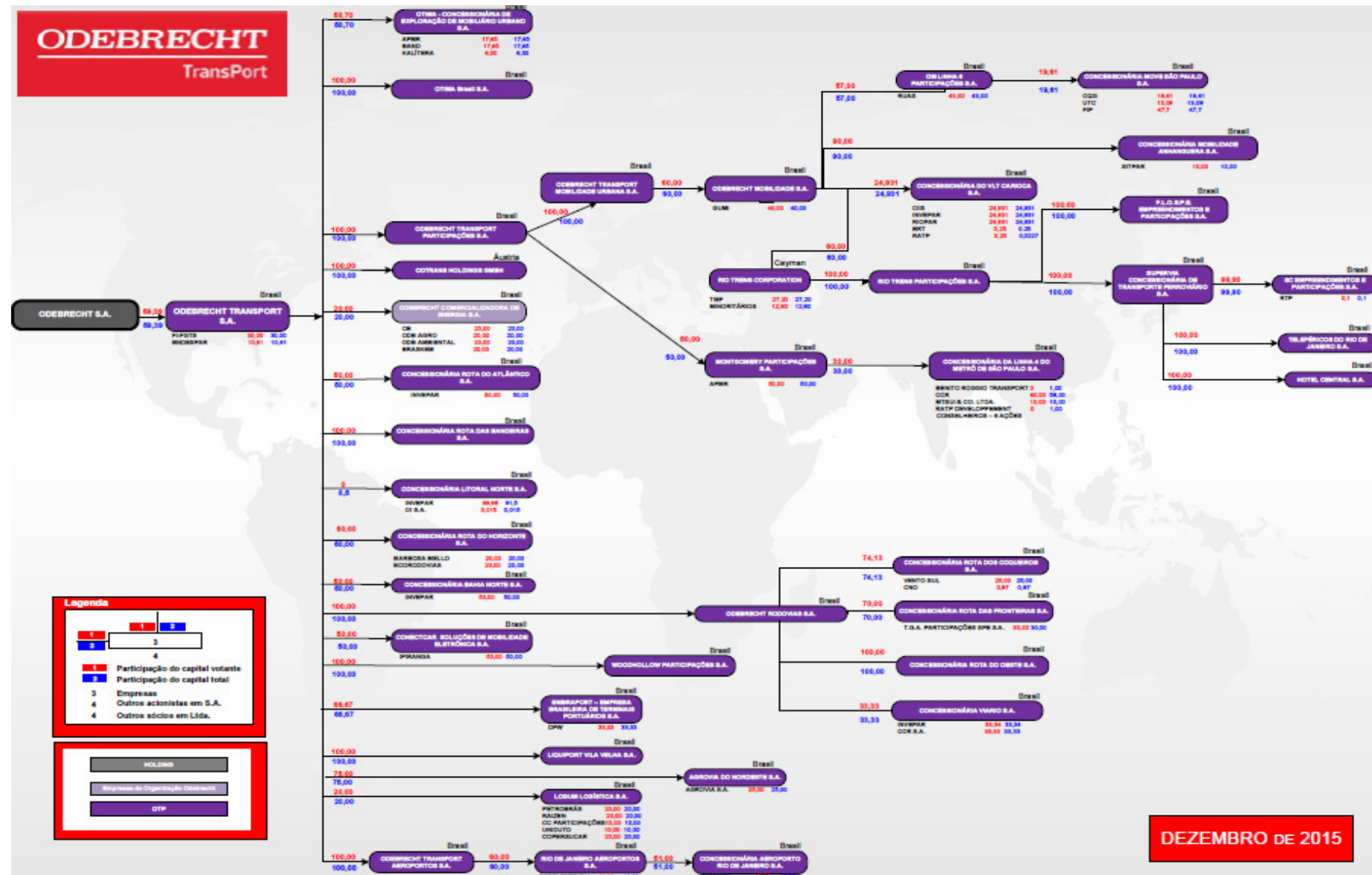
- (i) Endividamento Financeiro Líquido/Patrimônio Líquido limitado a 0,5x na holding controladora;
- (ii) Endividamento Financeiro Líquido/Dividendos, limitado a 4,5x (Quatro inteiros e cinco décimos) no ano de 2017; 4,0x (Quatro inteiros) no ano de 2018 e 4,0x (Quatro inteiros) no ano de 2019 (sendo o item (i) e o item (ii) acima denominados como “Índices e Limites Financeiros”); ou
- (iii) Manutenção pela Emissora de caixa mínimo anual de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) a ser composto pela soma dos valores mantidos em caixa pela Emissora, incluindo-se os valores eventualmente depositados na conta vinculada informada pelo Agente Fiduciário, conforme os termos abaixo (“Caixa Mínimo”), exceto se no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de notificação pelo Agente Fiduciário a respeito da incidência em um ou mais itens, a Emissora depositar em conta vinculada, a ser informada pelo Agente Fiduciário, os valores devidos a título de Principal e Remuneração do ano seguinte nos exercícios de 2018, 2019 e 2020.

Para os fins do disposto acima:

"Endividamento Financeiro Líquido": é o endividamento financeiro deduzido do saldo de caixa e das aplicações financeiras da Emissora (incluindo valores empenhados), relativo aos 12 (doze) meses anteriores ao cálculo;

"Dividendos": são os valores recebidos pela Emissora a título de dividendos das empresas nas quais possua participação.

ORGANOGRAMA



EXISTÊNCIA DE OUTRAS EMISSÕES DE DEBÊNTURES

Nos termos da alínea “k” do artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83, informamos que este Agente Fiduciário atua ou atuou nas seguintes emissões de debêntures:

*1ª Emissão de Debêntures da Odebrecht Ambiental Rio Manso S.A, que possui as seguintes características:

Emissora:	Odebrecht Ambiental Rio Manso S.A
Valor da emissão:	R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais)
Quantidade de debêntures emitidas:	130 (cento e trinta) Debêntures
Espécie:	As Debêntures são da espécie com garantia real a ser convolada em espécie quirografária
Prazo de vencimento:	As Debêntures vencerão em 18 de dezembro de 2014
Garantias:	*penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora e, * cessão fiduciária (a) dos direitos emergentes do Contrato de Concessão;
Eventos de resgate:	Na hipótese prevista na Cláusula 4.16 da Escritura de Emissão
Amortização:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
Conversão:	As Debêntures não são conversíveis.
Repactuação:	As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações.

*2ª Emissão de Debêntures da Empresa **Odebrecht Ambiental Manso S.A.**, que possui as seguintes características:

Emissora:	Odebrecht Ambiental Manso S.A.
Emissão:	2ª Emissão
Valor da emissão:	R\$250.000,000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais)
Quantidade de debêntures emitidas:	25.000 (vinte e cinco mil)
Espécie:	Com garantia real, a ser convolada em quirografária
Prazo de vencimento:	24.11.2015
Garantias:	Quirografária com garantia real adicional
Eventos de resgate:	Aplicável, nos termos do item 4.16
Amortização:	Integralmente na data de vencimento
Conversão:	Não conversíveis em ações
Repactuação:	Não se aplica
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações

*1ª Emissão Privada de Debêntures da Empresa **FOZ DO JAGUARIBE S.A.**, que possui as seguintes características:

Emissora:	Foz do Jaguaribe S.A.
Emissão:	1ª Emissão
Valor da emissão:	R\$53.104.000,00 (cinquenta e três milhões, cento e quatro mil reais)
Quantidade de debêntures emitidas:	53.104 (cinquenta e três mil, cento e quatro)
Espécie:	Garantia Real
Prazo de vencimento:	01/12/2020
Garantias:	(i) Garantia Real; (ii) Garantia Fidejussória
Eventos de resgate:	Aplicável, nos termos do item 4.20.1
Amortização:	Mensalmente, a partir de 1º de setembro de 2011
Conversão:	Não conversível em ações
Repactuação:	Não se aplica
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações

*1ª Emissão de Debêntures da Empresa **FOZ DO ATLÂNTICO SANEAMENTO S.A.**, que possui as seguintes características:

Emissora:	Foz do Atlântico Saneamento S.A.
Emissão:	1ª Emissão
Valor da emissão:	R\$118.482.000,00 (cento e dezoito milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil reais)
Quantidade de debêntures emitidas:	118.482 (cento e dezoito mil quatrocentas e oitenta e duas)
Espécie:	Com garantia real, a ser convolada em quirografária
Prazo de vencimento:	16/08/2014
Garantias:	Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios
Eventos de resgate:	Aplicável, nos termos do item 4.1.22.
Amortização:	Integralmente pago na data de vencimento
Conversão:	Não conversíveis em ações
Repactuação:	Não se aplica
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO

Fundada em 2010, a Odebrecht TransPort desenvolve, implanta, opera e participa de projetos nas áreas de mobilidade urbana, rodovias, portos, aeroportos e sistemas integrados de logística. É investidora de longo prazo focada na transformação da infraestrutura do Brasil. Contribui para elevar a produtividade das empresas e da economia brasileira. E em suas concessionárias de serviços públicos tem como objetivo principal atender aos anseios, oferecer novas experiências e melhorar a qualidade de vida das pessoas no uso desses serviços. Participa de 19 empresas que geram seis mil empregos diretos em nove estados. Transporta diariamente 1,3 milhão de passageiros nas duas maiores metrópoles do Brasil – São Paulo e Rio de Janeiro e suas oito concessões rodoviárias abrangem 1.880 quilômetros. Recebe 17 milhões de passageiros por ano no RIOgaleão – Aeroporto Internacional Tom Jobim e o terminal portuário da Embraport, em Santos (SP), tem capacidade para movimentar anualmente 1,2 milhão de TEUs (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés).

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A presente Emissão não possui Classificação de Risco.

ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

No exercício de 2015, a Emissora não realizou alterações estatutárias.

INFORMAÇÕES RELEVANTES

No dia 21 de outubro de 2015, a Emissora divulgou ao mercado que assinou, com o Itaú Unibanco Holding S.A., através de sua afiliada Redecard S.A. (Rede), contrato de venda no valor de R\$ 170 milhões de sua participação no capital da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.

A ConectCar é uma instituidora de arranjos de pagamento próprios e prestadora de serviços de intermediação de pagamento automático de pedágio, combustível e estacionamento, criada em 2012 pela Odebrecht TransPort (50%) e pela Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (50%), do grupo Ultra. A gestão da companhia passará a ser compartilhada entre Itaú e o Grupo Ultra.

PRINCIPAIS RÚBRICAS

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - CONSOLIDADO - R\$ MIL

ATIVO	2014	AV%	2015	AV%
ATIVO CIRCULANTE	3.121.392	13,6%	2.131.427	8,3%
Caixa e equivalentes de caixa	2.195.273	9,6%	1.030.148	4,0%
Aplicações financeiras	508.194	2,2%	628.998	2,5%
Contas a receber	235.034	1,0%	323.421	1,3%
Partes relacionadas	-	-	654	0,0%
Outros ativos	182.891	0,8%	148.206	0,6%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	697.977	3,0%	2.903.288	11,3%
Aplicações financeiras	12.681	0,1%	18.717	0,1%
Contas a receber	10.618	0,0%	41.073	0,2%
Partes relacionadas	-	-	30.272	0,1%
Depósitos judiciais	9.804	0,0%	17.627	0,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	643.407	2,8%	127.569	0,5%
Outros ativos	21.467	0,1%	18.160	0,1%
Ativos Não Circulantes Mantidos Para Negociação	-	-	2.649.870	10,3%
PERMANENTE	19.131.968	83,4%	20.605.936	80,4%
Investimentos	316.668	1,4%	413.324	1,6%
Imobilizado	1.644.594	7,2%	56.852	0,2%
Intangível	17.170.706	74,8%	20.135.760	78,5%
TOTAL DO ATIVO	22.951.337	100,0%	25.640.651	100,0%

BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - CONSOLIDADO - R\$ MIL

PASSIVO	2014	AV%	2015	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	2.061.438	9,0%	4.002.125	15,6%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	688.298	3,0%	2.275.375	8,9%
Fornecedores	251.071	1,1%	463.914	1,8%
Obrigações sociais e trabalhistas	88.392	0,4%	107.456	0,4%
Credor pela aquisição da concessão	852.639	3,7%	973.850	3,8%
Impostos, taxas e contribuições sociais	39.142	0,2%	46.259	0,2%
Outros passivos	141.896	0,6%	135.271	0,5%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	16.491.778	71,9%	17.730.607	69,2%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.435.966	28,0%	4.398.570	17,2%
Partes relacionadas	1.019	0,0%	1.684	0,0%
Credor pela aquisição da concessão	9.833.890	42,8%	10.672.102	41,6%
Provisões para contingências	102.146	0,4%	48.217	0,2%
Provisões para perdas de investimento	7.397	0,0%	-	-
Outros passivos	111.360	0,5%	107.733	0,4%
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação	-	-	2.502.301	9,8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.398.121	19,2%	3.907.918	15,2%
Capital social	1.610.713	7,0%	1.610.713	6,3%
Reservas de capital	621.483	2,7%	621.483	2,4%
Reservas de lucros	1.412.863	6,2%	294.490	1,1%
Ajuste de avaliação patrimonial	(28.765)	(0,1%)	(20.229)	(0,1%)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	781.827	3,4%	1.401.461	5,5%
TOTAL DO PASSIVO	22.951.337	100,0%	25.640.651	100,0%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	2014	AV%	2015	AV%
Receita de vendas e/ou serviços	2.956.085	447,0%	4.694.111	431,8%
(-)Custo de construção	(1.701.297)	(257,3%)	(2.692.877)	(247,7%)
(-)Custos dos serviços prestados	(593.466)	(89,7%)	(914.190)	(84,1%)
(=) Resultado Bruto	661.322	100,0%	1.087.044	100,0%
(-) Despesas gerais e adm.	(385.916)	(58,4%)	(452.225)	(41,6%)
Outras receitas (despesas), líquidas	(3.592)	(0,5%)	124.180	11,4%
(=) Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	271.814	41,1%	758.999	69,8%
Resultado de participação societária	(50.990)	(7,7%)	(69.215)	(6,4%)
Resultado financeiro, líquido	(356.295)	(53,9%)	(768.807)	(70,7%)
(=) Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(135.471)	(20,5%)	(79.023)	(7,3%)
IR e CS sobre o Lucro	(8.684)	(1,3%)	12.168	1,1%
(=) Resultado Líq. Operações Continuadas	(144.155)	(21,8%)	(66.855)	(6,2%)
Participação dos atuais controladores e não controladores nos ativos não circulantes mantidos para negociação	(216.836)	(32,8%)	(1.331.192)	(122,5%)
(=) Lucro/Prejuízo do período	(360.991)	(54,6%)	(1.398.047)	(128,6%)

COMENTÁRIOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA

Índices de Liquidez:

Liquidez Geral: de 0,21 em 2014 e 0,23 em 2015

Liquidez Corrente: de 1,51 em 2014 e 0,53 em 2015

Liquidez Seca: de 1,51 em 2014 e 0,53 em 2015

Liquidez Imediata: de 1,31 em 2014 e 0,41 em 2015

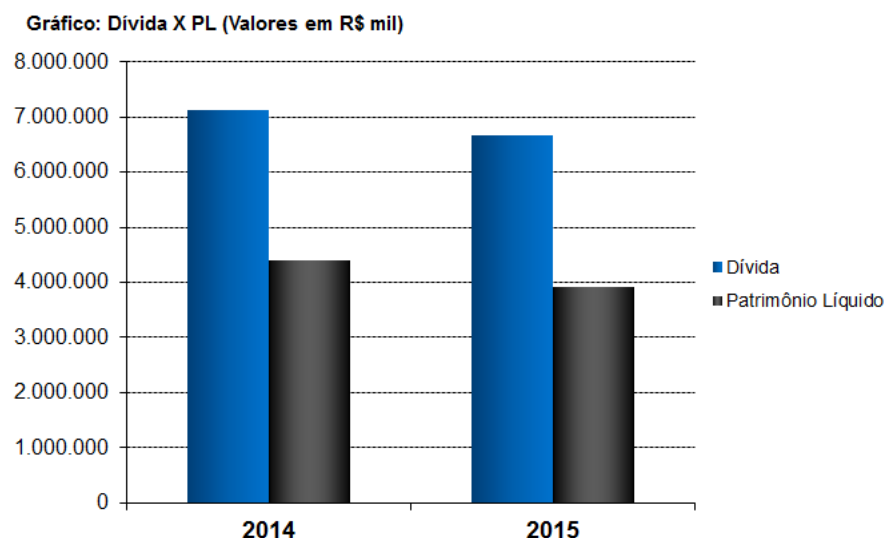
Estrutura de Capitais:

A Companhia apresentou um índice de Participação de Capital de terceiros de 421,84% em 2014 e 556,12% em 2015. O Índice de Composição do Endividamento variou de 11,11% em 2014 para 18,42% em 2015. O grau de imobilização do Patrimônio Líquido variou em 435,00% em 2014 para 527,29% em 2015. A Empresa apresentou um Índice de Imobilização dos Recursos não Correntes de 91,58% em 2014 e 95,23% em 2015.

Rentabilidade:

A Rentabilidade do Ativo em 2014 foi de -1,57% enquanto que a de 2015 resultou em -5,45%. A Margem Líquida foi de -12,21% em 2014 contra -29,78% em 2015. O Giro do Ativo foi de 0,13 em 2014 enquanto em 2015 foi de 0,18. A Rentabilidade do Patrimônio Líquido foi de -8,21% em 2014 contra -35,77% em 2015.

Recomendamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis, Relatório de Administração e Parecer dos Auditores Independentes para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.



Para alcance das informações acima, foi utilizado o balanço patrimonial consolidado.

GARANTIA

Em Assembléia Geral de Debenturistas realizada em 15 de janeiro de 2014 foi deliberada a extinção da garantia fidejussória.

A garantia desta emissão de debêntures é da espécie flutuante, o que assegura às debêntures desta emissão o privilégio geral sobre o ativo da Companhia. Segue abaixo quadro demonstrando o valor contábil do ativo da companhia, diminuído do montante das suas dívidas garantidas por direitos reais:

dez/15	
	Em R\$ mil
Saldo das Debêntures	500.557
Total do Ativo	3.785.348
(-) Dívidas Garantidas por Direitos Reais	0
(=) Total do Ativo não gravado	3.785.348

Para alcance das informações acima, foi utilizado o balanço patrimonial da controladora.

PARECER

Não temos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações no decorrer do exercício de 2015, exceto com relação à entrega das Demonstrações Financeiras dentro do prazo estabelecido por pela Escritura. A Emissora foi notificada quanto ao inadimplemento e divulgou suas Demonstrações Financeiras dentro do prazo de cura.

As demonstrações financeiras da Emissora foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, cujo parecer apresentou a ressalva transcrita abaixo:

“Base para opinião com ressalva em relação a investigações e medidas judiciais em andamento”

Como é de conhecimento público, estão em andamento, desde 2014, investigações conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da denominada Operação Lava Jato, que têm por objeto, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e a lavagem de dinheiro. Essas investigações e medidas judiciais envolve, empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte, e resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal. No contexto desses processos:

- O ex-presidente da acionista controladora, Odebrecht S.A., foi condenado em 1ª Instância. Outras ações penais envolvendo esse e outros ex-executivos do Grupo Odebrecht estão em andamento.*
- Foi executado mandado de condução coercitiva contra o então presidente da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., empresa controlada da Companhia. O conteúdo do depoimento desse ex-executivo está sendo mantido sob sigilo pelas autoridades competentes.*
- O Ministério Público Federal propôs ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra a acionista controladora Odebrecht S.A., a empresa ligada Construtora Norberto Odebrecht S.A., e certos ex-executivos de ambas as companhias. Na referida ação, ainda pendente de julgamento, são requeridos o pagamento solidário de ressarcimento, multas e danos morais coletivos no montante total de aproximadamente R\$ 7,3 bilhões, a proibição de contratar com o poder público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, entre outras sanções.*
- Em 22 de março de 2016, a controladora Odebrecht S.A. divulgou comunicado público em que informa que decidiu por uma colaboração definitiva no âmbito da Operação Lava Jato, e que estaria em discussão com as autoridades competentes para firmar acordo de leniência.*
- Despacho judicial específico faz referência a um sistema de informática próprio que teria sido utilizado em pagamentos paralelos de várias empresas do Grupo Odebrecht, o que pode vir a revelar que controles internos foram desconsiderados.*

Considerando o descrito anteriormente, não é possível determinar, nas circunstâncias, os desdobramentos desses temas e os eventuais impactos para a Companhia e suas controladas. Consequentemente, não foi possível obter as evidências de auditoria apropriadas e suficientes em relação a esses assuntos que permitissem determinar os seus efeitos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2015.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não determinados decorrentes dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva em relação a investigações e medidas judiciais em andamento”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odebrecht TransPort S.A. e das suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase sobre continuidade operacional

Conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, o balanço Consolidado da Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2015, no montante de, aproximadamente, R\$ 1,9 bilhões, orçados principalmente das dívidas de curto prazo com instituições financeiras e das obrigações pelas aquisições das concessões das controladas Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. e Concessionária Rota do Oeste S.A. os planos da administração para o reequilíbrio dessa situação envolvem a captação de recursos com bancos e no mercado de capitais, além da geração de caixa das operações. A não concretização desses bancos e no mercado de capitais, além da geração de caixa das operações. A não concretização desses planos suscita dúvida substancial sobre a continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessa incerteza. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto.

Segue transcrição da Nota Explicativa nº 1:

“Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte, incluindo ações de improbidade administrativa contra a Odebrecht S.A. e a Construtora Norberto Odebrecht S.A. que requer o pagamento de indenização material, a proibição de contratar com o poder público, receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, entre outras. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências dessas empresas do Grupo Odebrecht, incluindo a controladora indireta Odebrecht S.A, bem como mandados de prisão provisória e temporária e condução coercitiva de executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht. Um ex-executivo de uma das Controladas indiretas da Companhia foi conduzido para prestar esclarecimentos à Polícia Federal do Brasil, tendo sido liberado imediatamente. Este depoimento e todos os documentos relacionados a esta fase da Operação Lava Jato estão sob sigilo judicial. Adicionalmente, foram condenados em decisão de primeira instância o ex-presidente da Odebrecht S.A. e outros ex-executivos da Construtora Norberto Odebrecht S.A.

Foi ajuizada, recentemente, a Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 5011119-11.2016.404.7000 que trata dos desdobramentos cíveis das apurações realizadas no âmbito da Operação Lava Jato. O Ministério Público Federal requereu a aplicação de sanções incluindo o pagamento solidário de: (i) ressarcimento do dano ao erário público nos valores de R\$ 144.511, R\$ 373.081 e R\$ 3.000, acrescido de juros de mora e correção monetária; (ii) proibição de contratar com o Poder Público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios; (iii) multa civil no montante de R\$ 1.561.776; (iv) indenização por dano moral coletivo nos valores de R\$ 1.445.109, R\$ 3.730.812 e R\$ 30.000, correspondentes 10 vezes o valor do suposto dano ao erário público; e (v) inclusão do nome da Construtora Norberto Odebrecht S.A. no Cadastro Nacional de Condenados por Improbidade Administrativa. Embora não seja possível determinar, nas atuais circunstâncias, o desfecho final desta Ação de Improbidade, a administração da Construtora Norberto Odebrecht S.A. e da Odebrecht S.A., com base na avaliação dos seus assessores legais, entende que existem elementos no processo que são passíveis de discussão, inclusive no que se refere às sanções requeridas e aos valores dos pedidos determinados pelo Ministério Público Federal.

Em 22 de março de 2016, a Organização Odebrecht divulgou nota sobre sua intenção de colaborar de forma definitiva com as investigações da Operação Lava Jato. Os administradores da Companhia não têm conhecimento do conteúdo das ações e medidas tomadas pelos administradores das outras empresas do Grupo Odebrecht relacionadas a eventuais acordos ou discussões correspondentes, bem como do conteúdo de outras ações administrativas e judiciais em curso contra outras empresas do Grupo Odebrecht no âmbito da Operação Lava Jato.

Conforme exposto a seguir, a Administração da Companhia continua tomando diversas medidas visando o robustecimento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de continuar a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos, inclusive com o apoio de terceiros, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas brasileiras e internacionais de governança.

A OTP implantou, em 2014, um sistema de Conformidade com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética e responsável na tarefa empresarial ("Sistema de Conformidade"). Esse Sistema de Conformidade, adotado pela OTP e pelas suas controladas, inclui: (i) implementação do Código de Conduta, já aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) criação e plena operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) implantação do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoria adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

Em 2015, as ações do Sistema de Conformidade continuaram a ser executadas, incluindo a contratação de um renomado escritório de advocacia, que elaborou um trabalho de análise independente dos procedimentos de conformidade da Companhia e suas Controladas, sendo que as ações de melhoria indicadas estão sendo endereçadas. Adicionalmente, foram conduzidas Campanhas internas de reforço da mensagem do Código de Conduta.

Neste ano de 2016, com o objetivo de aperfeiçoar o Sistema de Conformidade, a OTP : (i) criou a função do Chief Compliance Officer, com reporte direto ao Comitê de Conformidade, sendo responsável também pela auditoria interna da Companhia; (ii) participa em ações coletivas e compromissos públicos ligados ao tema de Conformidade (a OTP é signatária do Pacto Global desde 11 de março de 2016); (iii) adota a transparência em informações relevantes; (iv) revisou a estrutura de conformidade com adaptação de orçamento; (v) revisará e criará novas políticas internas (por exemplo: Política Anticorrupção, Concorrência Leal, entre outras; (vi) em processo de implantação do Comitê de Conformidade; (vii) está em processo de elaboração de uma Matriz de Riscos e Controles e de uma Matriz de Risco Anticorrupção; (viii) realiza um plano anual de treinamentos das novas políticas; e (ix) revisa o código de conduta vigente para endereçar alterações na legislação brasileira e mudanças de procedimentos internos.

No âmbito específico da Operação Lava Jato, a Companhia contratou, recentemente, um escritório de advocacia para realizar uma investigação independente, com o objetivo de apurar o reflexo na OTP, suas controladas, e/ou executivos e ex-executivos de eventos relacionados a essa investigação.

Ainda, entendendo a necessidade de aperfeiçoar melhorar as suas práticas, a OTP está em processo de contratação de empresa de auditoria externa para apuração de todos os contratos celebrados pela Supervia com seus fornecedores e pagamentos decorrentes. Posteriormente, a Companhia planeja estender tal providência em relação às demais Controladas.

Dentro do planejamento da área de conformidade, a OTP está em fase final de contratação de uma consultoria externa para o mapeamento de riscos e controles da Companhia e suas controladas, sendo que a primeira controlada objeto do trabalho será a Supervia.

Embora a Companhia e suas controladas (i) não tenham sido notificadas a respeito de serem objeto de investigação, (ii) nunca tenham sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos, (iii) não tenham tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado; e não haja como determinar se a Companhia e suas controladas serão afetadas pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras, a administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e suas controladas."

DECLARAÇÃO

Declaramos estar aptos e reafirmamos nosso interesse em permanecer no exercício da função de Agente Fiduciário dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 68, alínea “b” da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1.976 e no artigo 12, alínea “I”, da Instrução CVM 28 de 23 de novembro de 1.983.

São Paulo, abril de 2016.



“Este Relatório foi elaborado visando o cumprimento do disposto no artigo 68, § primeiro, alínea “b” da Lei nº 6404/76 e do artigo 12 da Instrução CVM nº 28 /83, com base nas informações prestadas pela Companhia Emissora. Os documentos legais e as informações técnicas que serviram para sua elaboração, encontram-se a disposição dos investidores para consulta na sede deste Agente Fiduciário”

“As informações contidas neste Relatório não representam uma recomendação de investimento, uma análise de crédito ou da situação econômica ou financeira da Emissora, nem tampouco garantia, explícita ou implícita, acerca do pontual pagamento das obrigações relativas aos títulos emitidos sob forma de debêntures”